

VILA DA VITÓRIA: Forma Urbana de origem portuguesa

VILLAGE OF VICTORY: *Urban Form of Portuguese origin*

A. Luciene Pessotti

*Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
lulucienepessotti@gmail.com*

RESUMO

A forma urbana de origem portuguesa teve duas matrizes, vernacular, herdeira da tradição lusitana de fundar cidades; e erudita, relacionada ao conhecimento teórico do Renascimento. Entretanto, estudiosos do urbanismo português, incluindo a Expansão, afirmam que as cidades fundadas neste processo são uma síntese destas duas matrizes. A Vila da Nossa Senhora da Vitória, sede da Capitania do Espírito Santo, teve na sua formação e consolidação influência destas matrizes. Os principais agentes modeladores do seu espaço foram a Coroa Portuguesa, através da atuação da Engenharia Militar, e a Igreja Católica, com a participação das ordens religiosas. Entre os séculos XVI e XVIII a morfologia urbana da vila foi consolidada sob as diretrizes do urbanismo de colina, com influência da dimensão religiosa. A partir do Século XVIII, sob a atuação dos engenheiros militares, o espaço urbano militariza-se. Cabe refletir permanências e rupturas da matriz vernacular após a intervenção dos engenheiros militares.

Palavras-chave: morfologia urbana, morfologia do território, história urbana, engenharia militar.

Linha de investigação: Cidade e Projeto. **Tópico:** Morfologia urbana.

ABSTRACT

The urban form of Portuguese origin had two matrixes, vernacular, heir to the Lusitanian tradition of founding cities; and erudite, related to theoretical knowledge of the Renaissance. However, scholars of Portuguese urbanism, including the Expansion, claim that the cities founded on this process are a synthesis of these two matrices. The Vila da Nossa Senhora da Vitória, headquarters of the Captaincy of Espírito Santo, had the influence of these headquarters in its formation and consolidation. The main modeling agents of its space were the Portuguese Crown, through the work of Military Engineering, and the Catholic Church, with the participation of religious orders. Between the 16th and 18th centuries the urban morphology of the village was consolidated under the guidelines of hill town planning, with the influence of the religious dimension. From the 18th century, under the influence of military engineers, urban space became militarized. It is worth reflecting on permanences and ruptures in the vernacular matrix after the intervention of military engineers.

Research line: City and Project.

Topic: Urban morphology.

Introdução

A forma urbana de Vila da Nossa Senhora da Vitória, sede da Capitania do Espírito Santo, teve na sua formação e consolidação influência das matrizes vernacular e erudita, sendo uma síntese da tradição portuguesa de fundar cidades. Para além da tradição, a atuação da Engenharia Militar no século XVIII provocou alterações na sua configuração espacial e na paisagem. A dimensão sagrada começa a ceder à laicização do espaço. Rupturas na configuração espacial ocorrem com a adoção de concepções racionais de defesa. A problematização destas referências e as rupturas e permanências das intervenções de defesa serão abordadas neste artigo.

1. História Urbana: contribuições para as investigações da Vila da Vitória, Capitania do Espírito Santo.

A **história urbana** resulta da renovação do domínio científico no âmbito da *História Nova* no século XX. Seus verbetes ajudaram a definir conceitos-chave e recursos teórico-metodológicos para a história urbana (Le Goff, 1998). As estruturas da sociedade e os diferentes tempos das conjunturas e dos acontecimentos são analisados objetivando a compreensão das transformações e rupturas na dinâmica social e espacial (Pomian, 1998). O estudo das cidades na longa duração permite uma maior compreensão das permanências e mudanças (Braudel, 1986).

A renovação epistemológica da história ampliou a **noção de documento**, diversificando as fontes utilizadas nas pesquisas. Os objetos de estudo são investigados sob novos métodos e problemáticas (Le Goff, 1994; Burke, 1992).

Investigações sobre a rede urbana brasileira colonial vêm adotando esta perspectiva teórico-metodológica, com diferentes abordagens e refletidas dentro dos novos paradigmas. A história urbana do Espírito Santo vem sendo investigada por pesquisadores que refutam biografias e obras que repetiram narrativas sem reflexões pertinentes ao campo da arquitetura e do urbanismo.

As pesquisas de vilas coloniais, notadamente as consideradas menos expressivas e com pouca documentação disponível, caso da Vila da Vitória, sede da Capitania do Espírito Santo, requerem um esforço para compreensão de sua relativa importância na formação da rede urbana na América Portuguesa. A (re) leitura de fontes documentais contribui para desvendar particularidades da dinâmica urbana espírito-santense no contexto do território, permitindo novas interpretações.

O pioneiro estudo de Reis Filho (1968) reformulou a abordagem teórica sobre a temática da formação da rede urbana brasileira, refutando a noção do *desleixo x ordem*; identificando agentes do processo de urbanização da América Portuguesa e relacionando este fenômeno às dimensões políticas, econômicas e sociais do universo urbanístico português. A partir de então, mudaram as práticas investigativas no bojo das problematizações e na escrita da história.

A parca produção historiográfica do período colonial sobre o Espírito Santo seguiu as tendências da historiografia brasileira do século XIX, privilegiando a micro-história. A impressão de trabalhos sobre a história capixaba, neste mesmo século, era de caráter biográfico. Nas obras, o espaço da Vila da Vitória é descrito como sem higiene, planejamento. Citam-se poucas obras de relevância, destacando-se os edifícios

públicos. Bittencourt (1981), afirmou que essas obras refletem a historiografia nacional, sendo autôditas, com técnicas de investigação e pesquisa superadas, utilizando-se de mesmas fontes e temas.

Objetivando explicitar os avanços nas investigações da história urbana de Vitória, e refletir suas singularidades, identificam-se seus agentes modeladores (Vasconcelos, 1997), problematizando conteúdos oriundos da (re) leitura e (re) interpretação de documentos de fontes primária e secundária.

1.1. Agentes modeladores da Vila da Vitória: contribuições na conformação do espaço urbano

Buscando estabelecer ou adaptar novos conceitos e noções para o entendimento das cidades coloniais, Vasconcelos (1997) apresentou em sua pesquisa sobre a formação e estruturação da cidade de Salvador a noção de **agentes modeladores**. Demonstrou sua hipótese, fundamentada em referenciais teóricos da geografia, acerca da atuação de diferentes representantes da sociedade, do poder reinol e da Igreja Católica na dinâmica urbana soteropolitana.

Adotando a mesma noção nas pesquisas sobre a evolução urbana de Vitória no período colonial, constatou-se a atuação de dois principais agentes modeladores, a saber, a Coroa Portuguesa, notadamente através da Engenharia Militar; e, a Igreja Católica, com ênfase na participação das ordens religiosas (Souza, 2009).

Da povoação à vila, a Companhia de Jesus atuou na consolidação da vida social, influenciando na concretização do projeto colonial no território espírito-santense, garantindo o controle reinol.

A importância político-administrativa da vila no ordenamento do território colonial era fundamental, pois, “representava a estabilidade, a manutenção da justiça, um certo grau de autodeterminação no plano local – e por efeito de seu diploma real – a presença da coroa” (Russel-Wood, 1999: 484).

A dimensão do sagrado na Vila da Vitória pode ter extrapolado para a dimensão simbólica. A peculiar disposição triangular dos três primeiros templos religiosos, erigidos no Século XVI, a capela de Santa Luiza, a igreja Matriz e a dos jesuítas, remete-se a um dos mistérios da Igreja Católica, a Santíssima Trindade. A implantação das igrejas deu **forma e origem a proto-vila**. O triângulo tem relação com o círculo, a forma mais perfeita; em movimento, o triângulo é círculo, unidade. A noção de unidade está presente na Santíssima Trindade reunindo três entidades distintas (Delumeau, 2003).

A primitiva espacialidade de Vitória refletiu um processo ideológico de domínio e representação desse lugar. O processo de repetição e propagação da hierofania fundou ontologicamente um mundo sagrado (Elíade, 1992), sob a égide da fé católica. O processo de organização social e espacial da vila fundamentou-se na religiosidade.

A ausência de um projeto inicial, de levantamentos e informações regulares e precisas sobre a formação e consolidação do espaço urbano de Vitória até o Século XVIII deixou imensas lacunas no entendimento da sua dinâmica espacial na longa duração. Entretanto, algumas reflexões puderam ser feitas fundamentadas nos documentos históricos existentes, na preexistência do plano e na comparação de experiências semelhantes (Souza, 2009).

Até o Século XVIII os agentes modeladores de Vitória configuraram seu espaço inicial sem uma concepção pré-elaborada, i.e., sem **projeto**. Estes agentes eram: a Igreja Católica; os colonos; de forma menos contundente, os altos representantes da Coroa Portuguesa, pois empenhavam-se em obter retornos lucrativos defender do território.

Pode-se conjecturar, pela ausência de fontes primárias, que se a estruturação inicial do espaço urbano da

Vila da Vitória não foi objeto de uma ação racional (projeto), a disposição dos templos pode ter seguido as limitações e características do sítio, seguindo o **padrão vernacular do urbanismo português**, determinando o traçado da vila.

No Século XVIII, os engenheiros militares atuaram de forma determinante no território da capitania do Espírito Santo, pois a Vila da Vitória era um dos pontos de defesa da costa marítima sul.

Segundo Dias (2004), na época da União Ibérica (1580-1640), não existiam construções militares significativas no Espírito Santo, nem na sede, a Vila da Vitória. Há registro de “um ícone que deve ter origem num desenho feito por volta de 1624 (...) uma pequena torre, a que a legenda chama fortaleza a meio caminho entre a Vila Velha” e a Vila da Vitória. Trata-se da estampa Reys-Boek van het rijke Braasien, que se encontra no Arquivo de Haia e não permite maiores interpretações pela falta de rigor no desenho. A representação é esquemática, tem pouca clareza, e registra informações erradas da vila e dos elementos defensivos.

Clemente M. da Silva Nigra informou, sem documentação comprobatória, que o engenheiro militar Francisco Frias da Mesquita foi o primeiro a atuar no Espírito Santo, em 1617, e teria projetado um forte, sugerindo que fosse o mesmo retratado na estampa holandesa. Há pouca documentação que ateste que engenheiros militares atuaram na capitania até o Século XVIII. Bueno (2012) cita seis oficiais militares que atuaram no Espírito Santo, a saber, Diogo de Campos Moreno, português, no Século XVII; Nicolau Abreu de Carvalho, português, Século XVIII; Padre Diogo Soares, português, Século XVIII; João de Abreu Gorjão, origem desconhecida, Século XVIII; João Afonso Bittencourt, origem desconhecida, Século XVIII; José Antônio Caldas, brasileiro, Século XVIII.

Considerando que o donatário não fundou as duas primeiras vilas a partir de um projeto, e tão pouco contou com profissionais especializados para implantar no vasto sítio virgem os princípios teóricos da Engenharia Militar, a implantação da Vila da Vitória seguiria, então, a lógica de garantir a posse e exploração numa **relação dialética com o território**. À medida que se conquistava e desbrava a porção territorial, experimentava-se a prática acumulada da cultura urbana de experiências anteriores no Reino e nas recentes implantações da Expansão.

No Século XVIII, muda-se a lógica de organizar o espaço urbano. Em 1726, o engenheiro militar Nicolau Abreu de Carvalho foi enviado para fortificar Vitória. Em 1731, o referido engenheiro retorna ao local. Segundo Dias (2004), em 1736 o oficial trabalhava no Espírito Santo, pois, “João Batista Barreto, que tinha sido partidista da Aula de Fortificação baiana, regressara a Salvador, depois de três anos (...) a ajudar o já citado Nicolau Abreu de Carvalho” (Dias, 2004: 241).

Em 1767, o sargento-mor José Antônio Caldas fez o levantamento de diversos elementos defensivos da capitania, tendo levantado “nove plantas que enviou ao governador, acompanhadas de um circunstanciado relatório” (Dias, 2004: 241). O levantamento se justificou em virtude dos problemas no Rio da Prata. Caldas já havia alertado a Corte sobre um possível ataque espanhol à Vila da Vitória.

Segundo Moura (2009), José Antônio Caldas foi um dos engenheiros militares mais atuantes no Século XVIII, na América Portuguesa. Os trabalhos de cartografia realizados por Caldas na capitania foram: Plantas e fachadas do forte São Francisco Xavier da Barra (1776); forte de Nossa Senhora do Monte Carmo (1766); do fortinho de Santiago (1767); Planta Topográfica da Ilha do Boi (1767); e Projeto para fortaleza na Ilha do Boi, de 1767. Por ordem do Vice-Rei, D. Antônio Rolim de Moura foi elaborada a Topografia da Barra, de Rio do Espírito Santo (1767); e, o Prospecto da Villa da Victória... (1767).

A atuação dos engenheiros militares teria alterado a configuração espacial da Vila da Vitória, pois os elementos defensivos foram posicionados em seus limites, influenciando na perda da referência simbólica, iniciando a laicização do espaço urbano, conforme se atesta na Fig. 01.

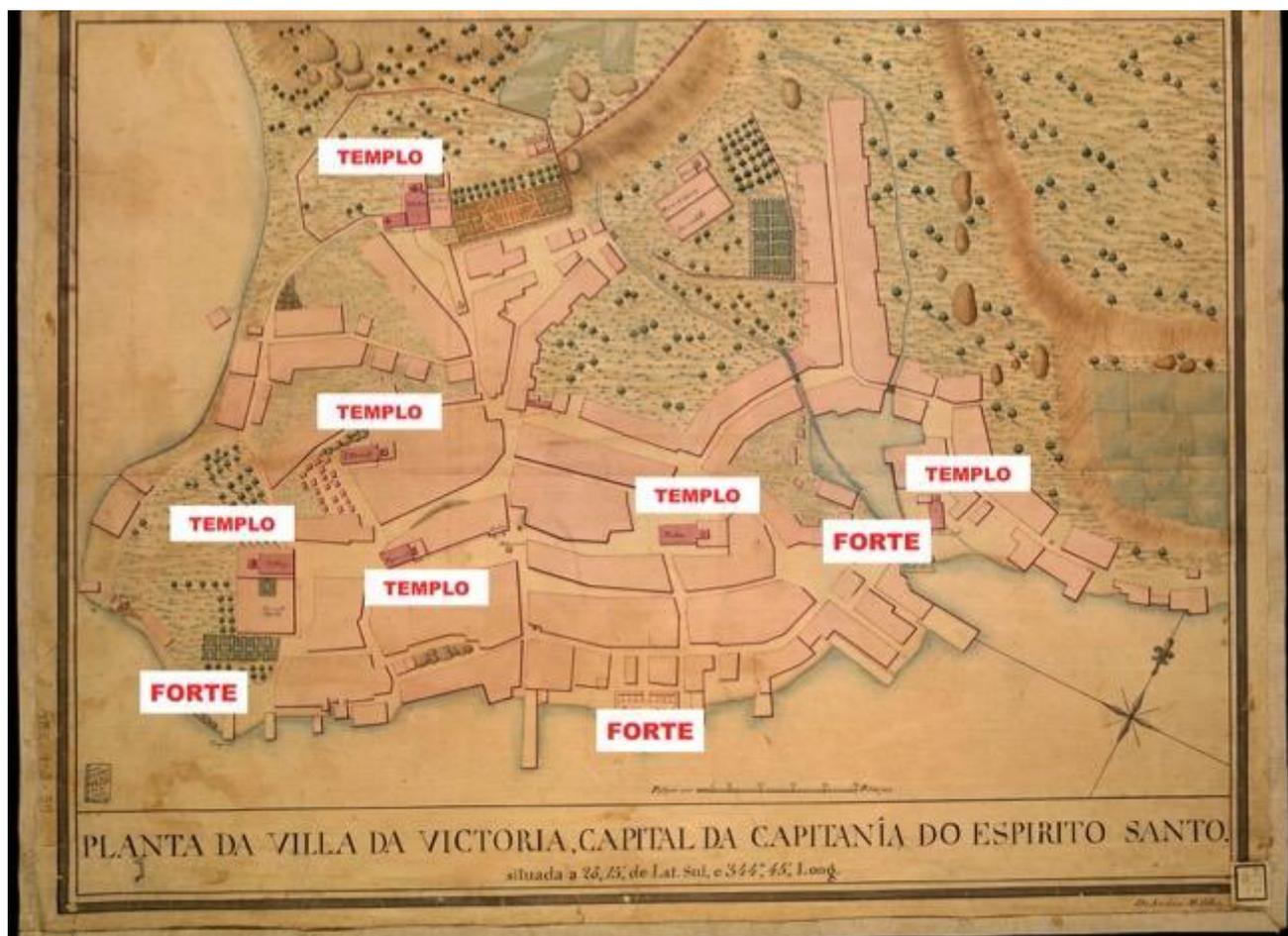


Fig. 01 Detalhe do Prespecto da Villa da Victoria com a Planta da Villa da Victoria: capital da capitania do Espírito Santo (1860). Fonte: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/28088>

A militarização da Vila da Vitória interferiu no processo ideológico de sua consolidação, delimitando novos elementos de importância simbólica, as fortificações. A remodelação de antigas fortificações e a construção de novos elementos defensivos trouxeram alteração significativa na estruturação físico-espacial. O espaço urbano da Vila da Vitória começa a ser ressignificado.

No Século XVIII, a lógica racional reformula os espaços, urbano e arquitetônicos. As fortificações integraram a trama urbana e tornaram-se importantes elementos morfológicos do território e da paisagem. As iconografias que retrataram a vila a partir deste século mostram em destaque não só as torres das igrejas, mas de forma marcante, as fortificações militares. Os fortes redefiniram os limites da vila, antes, demarcados pelas igrejas (Fig. 01 e 02).

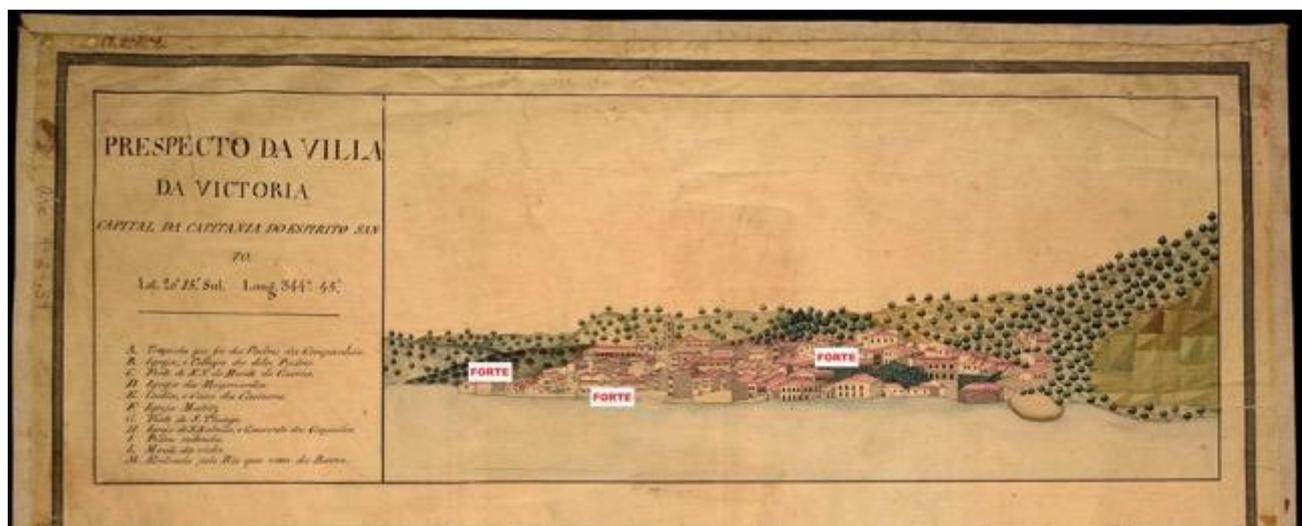


Fig. 02 Detalhe do Prespecto da Villa da Victoria (1860). Fonte: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/28088>.

2. Matrizes da morfologia urbana

Para abordarmos as principais características da morfologia urbana da Vila da Vitória, considerando os condicionantes geográficos, os agentes modeladores e os eventos históricos, é preciso considerar as matrizes vernaculares e eruditas. Busca-se entender quando as matrizes são utilizadas e como (re) definiram a configuração espacial da vila.

2.1. Matrizes vernaculares

Nuno Portas apresenta algumas (hipó) teses sobre o urbanismo português nos Brasil. Segundo o autor (Portas, 2004: 17), via de regra, o *desígnio precede o desenho*. Neste caso, o desenho correspondendo a arruação ou definição do traçado,

devem interrogar-se as estratégias, explícitas ou implícitas, que presidiram às sucessivas transformações da ocupação dos territórios evitando avaliar *a priori* os modelos e configurações dos assentamentos que em boa parte derivam dessas ordens.

A Coroa Portuguesa teve como prática a *arruação simples*, como “resposta pragmática à estratégia marcada pela incerteza inicial” (Portas, 2004: 17), adotando traçados distintos, conforme os objetivos da missão colonizadora. Outra tese apresentada por Portas (2004: 18) refere-se à

hegemonia do fator geográfico na escolha do sítio ou lugar para os primeiros estabelecimentos – não só para assegurar as baías protectoras para as embarcações de longo curso como para localizar [por questões de segurança] as povoações em níveis quase sempre elevados.

A tradição do urbanismo pragmático fundamentou-se num princípio que se tornou uma prática secular: “o traçado e se possível a realização do espaço público deviam sempre preceder a edificação, de cujo momento, emergência e diversidade arquitetônica era independente” (Portas, 2004: 18).

A **proto-cidade lusitana era aditiva e variável**, como a Rua Direita, e com a malha geométrica se adaptando a irregularidades topográficas dos sítios, e os entrecruzamento de ruas e quadras formando novos ensanches.

Esta proto-cidade tinha referências da componente vernácula “que tem a ver com a capacidade de o urbanismo português entender o território em que se implanta e de se moldar a ele” (Teixeira, 2004: 23).

O estudo da gênese dos núcleos urbanos da América Portuguesa, considerando o projeto ou simplesmente o traçado no chão, dá-se pela leitura do primeiro nível que define a forma-cidade, percebido após subtração dos preenchimentos que os tempos sobrepuseram (Portas, 2004). Teixeira (2004) afirma que com plano, ou com ausência deste, “a cidade de origem portuguesa é sempre projetada com o sítio, entendo de perto as suas características físicas”

2.2. Matrizes eruditas

A regularidade dos traçados urbanos adotados pela Coroa Portuguesa tem origem no Século XV, e possuem vinculação com a adoção de conhecimentos e técnicas difundidos nos tratados de arquitetura formulados no Renascimento.

No contexto das inovações, segundo Rossa (2000), em meados dos quinhentos, a Coroa Portuguesa formulou uma estratégia e adotou a militarização do sistema para enfrentar os obstáculos da Expansão. Nesta estratégia se originou a comunhão de uma **práxis**, “na qual o múnus da rotina era a adaptabilidade às conjunturas” (Rossa, 2000: 16). Os lusitanos neste momento se abriram às influências formais da Europa: “a arquitetura reformada e o urbanismo dos tratados (as cidades ideais) eram então observados em Portugal com uma interpretação/filtro próprio” (Rossa, 2000: 16).

A Arquitetura Militar lusitana é o resultado dos investimentos que a Coroa Portuguesa fez em conhecimentos e técnicas. A fundação de cidades assumiu a função de defesa. Das feitorias às cidades têm-se a diferenciação dos desígnios que determinou a adoção dos traçados regulares.

A publicação de tratados em Portugal visava atender as demandas do Estado português frente às novas definições do espaço geográfico e introduziram teorias e tecnologias que vieram a ser utilizadas na Metrópole ou no Ultramar. Os traçados regulares adotados pelos portugueses tiveram uma dimensão técnica: a utilização do desenho. Desenhar pressupunha “levantar o sítio e adequar-lhe de forma conveniente” (Bueno, 2012: 79), e abrangia o **projeto** e as técnicas de representação. A partir do Renascimento o desenho torna-se ferramenta **intelectual**, “instrumento e método para viabilizar os desígnios de transformação espacial, configurando bidimensionalidade do papel a tridimensionalidade do real” (2012: 81), assumindo importância na “consecução dos desígnios de standardização através de uma Arquitetura e de um Urbanismo de programa” (2012: 81).

No bojo das renovações, o intercâmbio de homens e ideias, notadamente italianos, franceses e holandeses contribuíram para o desenvolvimento da ciência da fortificação.

Na crescente racionalização do pensamento científico europeu, Portugal teve participação nos estudos de geometria, de cosmografia e da arte de fortificar. Este processo resultou num confronto do pensamento

abstrato – o **projeto**, ou **plano** – com a experiência acumulada – a **análise**. Tal experiência, resultado da vivência da ocupação e militarização dos sítios, influenciou na adoção dos novos conhecimentos e técnicas ao longo dos séculos XVI ao XIX.

Segundo Teixeira (2004: 25), a componente erudita se afirmou entre os séculos XVI e XVIII, e “as cidades brasileiras tiveram um papel importante no desenvolvimento e na consolidação dos princípios de regularidade do urbanismo português”. A característica fundamental deste urbanismo é a síntese das componentes vernáculas e eruditas, bem como, “o modo como uma ideia de regularidade se vai articular intimamente com o território de implantação da cidade, tirando partido de suas características físicas” (Teixeira, 2004: 25).

3. Vila da Vitória: matrizes da forma urbana

3.1. A matriz vernacular

Visando o entendimento das permanências e rupturas da morfologia urbana da Vila da Vitória, organizamos os fundamentos da influência destas matrizes cronologicamente.

Vitória surgiu de uma escolha estratégica pela segurança, pela presença de fontes de águas, e da atuação da Igreja Católica. A configuração de seu espaço urbano seguiu os desígnios lusos que dominaram até o final do século XVI, que

continham incertezas estratégicas que aconselhavam os povoadores e os seus arruadores a ir fazendo cidade por partes (por reformas e adições), em situação onde a forte especificidade dos sítios, uma vez escolhidos, se impunha à opção, à cabeça, de uma forma geral e, talvez por isso, se diz que resultaram “(...) ‘tão portuguesas’” (Portas, 2000: 165).

Entre as águas da baía, a época designada Rio Espírito Santo, e o maciço central da ilha, delineou-se o traçado da Vila da Vitória, situada em um platô. A análise das fontes históricas ofereceram informações sobre as intenções e fatores que determinaram sua configuração espacial.

Conforme citado, a Igreja Católica teve papel importante na conformação da vila. A disposição destas igrejas definiu o traçado inicial da vila no Século XVI, pois os primeiros caminhos eram os que as ligavam. A partir de então, os novos caminhos seguem um padrão, o paralelismo, com clara adaptação às particularidades do sítio.

A primitiva povoação começou a organizar-se em um platô de aproximadamente 20 metros de altitude, junto à Baía de Vitória, com cerca de 300 metros de comprimento, no eixo leste-oeste, por aproximadamente 100 a 140 metros de largura, no eixo norte-sul, sendo a maior cota de 25 metros, formando uma pequena elevação quase central, com área de 3 a 4 hectares. Tal configuração físico-espacial remete-se à experiência acumulada pelos portugueses em construção de urbes nos processos fundacionais em **colinas**. Os traçados bem adaptados à topografia irregular se justifica pela “adaptação à morfologia dos espaços da colina, às condições climáticas e de pluviosidade, aos riscos de invasões inimigas, à própria forma de administração e às condições socioeconômicas” (Costa Lobo, Simões Júnior, 2000: 39).

A implantação das primeiras edificações de Vitória possuíam estreita relação com as características geográficas do sítio, *i. e.*, os templos ocupavam os pontos extremos do platô, situados entre as cotas de 15 e 20 metros, e os caminhos que os ligavam também estavam nestas mesmas cotas, definindo os limites da ocupação urbana da vila e a morfologia do território.

Conforme afirmou Pessoa (2000: 77) “as igrejas e conventos, as casas de câmara e cadeia, os portos e os fortes” foram os geradores das praças-adros, ruas direita, ruas nova. Os caminhos de acesso a estas edificações se “tornaram as ruas e configuraram o traçado destas cidades”.

No século XVII, o traçado da vila foi se adaptando à modelagem do terreno, pouco alterando as características de sua conformação original. A organização dos quarteirões que se formaram junto ao mar, na cidade baixa, seguiu disposição espacial que tendeu ao paralelismo; e no que tange à sua forma, alguns tinham configuração geométricas muito semelhantes de um retângulo. A disposição era de estrutura linear e constitui-se numa importante referência do urbanismo vernacular lusitano. Sua principal característica, segundo Teixeira (1996), é o paralelismo das vias, ou uma orientação muito próxima a esta, em relação a linha de preamar. A disposição destas ruas está associada à formação de outras pequenas ruas, transversais às primeiras, ligando-as, e formando uma malha sensivelmente regular. Os quarteirões originados da relação destas ruas com o sítio, bem como das que tinham entre si, apresentavam-se, geralmente, de forma quadrada ou retangular.

Duas características peculiares do urbanismo vernacular da Vila da Vitória podem ser observados a partir da forma-cidade, revelada após subtração dos preenchimentos que os tempos sobrepuseram, com elaboração de mapas temáticos (Souza, 2009). A configuração espacial dos quarteirões até o século XVII revela que, (1) adaptando-se ao sítio, a estruturação destes elementos morfológicos definiu-se a partir da formação dos caminhos, tendendo a uma geometrização mais regular junto à praia, ainda que diferentes entre si, e (2) mais irregular quando implantados na colina. Os quarteirões mais irregulares estão dispostos em terrenos onde não houve uma espacialização de função de domínio temporal, como na zona portuária. Nas áreas próximas aos templos foi se configurando uma ocupação mais irregular, de ruas e quarteirões (Fig. 01).

3.2. A matriz erudita

A capitania do Espírito Santo sofreu sanções com a descoberta do ouro em Minas Gerais. A Coroa Portuguesa impediu que por seu território entrassem ou saíssem colonos, estrangeiros e mercadorias, visando combater o contrabando do metal precioso. O território da capitania ficou isolado e com restritas atividades portuária e econômica.

Vitória, no início do século XVIII, possuía um sistema defensivo precário formado por pequenos fortins, trincheiras e três fortificações. Com uma verdadeira obsessão em defender a vila foram remodelados alguns fortes. Na Vila Velha, construiu-se no lugar de um antigo fortim, nova fortaleza.

Conforme citado, Nicolau Abreu de Carvalho e José Antônio Caldas, engenheiros militares, atuaram de forma decisiva na capitania do Espírito Santo.

Na *Planta da Villa da Victória* (Fig. 01), Caldas localizou as fortificações no século XVIII, e demonstrou que estes elementos morfológicos passaram a integrar a trama urbana.

A morfologia urbana da vila setecentista esteve atrelada aos vetores de expansão, *i.e.*, a implantação e remodelação das fortificações e os condicionantes geográficos continuaram a determinar a organização espacial do espaço.

As fortificações redefiniram os limites da vila e sua configuração neste momento esteve concentrada no entorno da ocupação do século XVI. O traçado de padrão linear na parte baixa manteve-se com novas ruas em disposição quase paralelas às anteriores. Os novos quarteirões possuíam certa regularidade em conformidade com a forma geométrica daqueles que se consolidaram nos períodos precedentes.

Os elementos defensivos posicionados nos limites da vila alteram sua configuração espacial, influenciando na perda da referência simbólica. As fortificações passam a integrar a trama urbana e se tornam importantes elementos morfológicos do território e da paisagem local. A expulsão da Companhia de Jesus, em 1769, acentua o enfraquecimento do referencial simbólico e o início da laicização do espaço urbano.

4. Rupturas e permanências

As rupturas e permanências podem ser avaliadas através da leitura do território. Conforme atestam Conde; Herinques; Guiomar (2011: 9), o meio físico deve ser entendido “como as forças que geram e moldam o espaço geográfico” e, o homem deve ser “entendido como um agente capaz de modificar consideravelmente as forças da natureza através da sua cultura e da sua tecnologia”. O estudo da relação recíproca entre o homem e o espaço geográfico, palco das suas atividades, pressupõe o conhecimento das várias escalas temporais e espaciais onde ela existe. A história, a cartografia, a natureza física e socioeconômica também oferecem subsídios para o entendimento desta relação.

Analisando a escolha dos lugares para implantação dos fortins, baterias, e trincheiras (vermelho) ao longo dos séculos XVI-XVIII, observa-se a intenção de defender o território onde foram implantadas as duas vilas fundadas no Século XVI (roxo) (Fig. 03).



Fig. 03 Detalhe da Carta topográfica da Barra e Rio do Espírito Santo 1767. Levantamento de José Antônio Caldas, engenheiro militar e lente da Aula Régia da Bahia. Copiada pelo Cap. Antônio Américo Pereira da Silva em 1888. Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

A geomorfologia do território escolhido pelo colonizador caracteriza-se pela divisão de duas porções territoriais pelo canal da baía de Vitória. O canal era permeado por uma sequência progressiva de morros, cobertos por densa cobertura vegetal, pequeninas praias, imponentes contrafortes de granito, alguns com mais de 100 metros de altura, servindo como pontos de observação. Estes elementos naturais foram estrategicamente utilizados na defesa das duas vilas.

A escolha dos locais para as construções de estruturas de defesa, que objetivavam garantir a posse do território, adotavam a lógica da racionalização projetual. Sítio e fortificações se complementavam.

A escolha dos sítios de implantação das duas vilas e para a construção dos elementos de defesa reflete a lógica de uma estratégia de cunho militar da Engenharia Militar portuguesa.

A análise geográfica, confrontada com fontes documentais, permite afirmar que existia uma relação dialética entre o sítio e o colonizador. Sob essa perspectiva, a implantação dos elementos defensivos deve ser considerada uma decisão estratégica, racional.

A implantação das **fortificações**, entre outros **elementos de defesa**, demonstra que todos eles estavam associados ao território numa lógica defensiva excepcional.

Conclui-se, assim, que no Século XVIII, os engenheiros militares apropriaram-se da lógica vernacular de posse e defesa do território e associaram-na à lógica projetual militar racional da tratadística renascentista. Embora tenham sido construídos elementos defensivos, alterando a paisagem e a trama urbana, os templos permaneceram como edifícios singulares e, com os primeiros, imprimiram o caráter da síntese da urbanização lusitana, com referências vernaculares e eruditas.

5. Bibliografia

BITTENCOURT, G. (1981). A pesquisa de fontes primárias e a produção historiográfica do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (Rio de Janeiro), 332, 5-13.

BRAUDEL, F. (1996). *História e ciências sociais*. Santa Maria da Feira: Editorial Presença Ltda.

BUENO, B. P. S. (2012). *Desenho e Desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP.

BURKE, P. (Org.) (1992). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editoria UNESP.

CONDE, A. F., HENRIQUES, M. V. e GUIOMAR, N. G. (2011). A costa algarvia três séculos depois - O olhar entre a Geografia e a História. IV Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2011.

DELUMEAU, J. (2003). *O que sobrou do paraíso?*. São Paulo: Companhia das Letras.

DERENZI, L. S. (1995). *Biografia de uma Ilha*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

DIAS, P. (2004). *História da Arte Luso-Brasileira, Urbanização e Fortificação*. Portugal, Almedina.

ELIADE, M. (1992). *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes.

LE GOFF, J. (1994). *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp.

LE GOFF, J. (coord.) (1998). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes.

LOBO, M. L. C., SIMÕES JÚNIOR, J. G. (coords.) (2012). *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Makpesquisa e IST Press.

MOURA, C. F. (2009). José Antônio Caldas. Da Bahia às ilhas do Golfo da Guiné à Contracosta Africana. *Câmaras escuras no Brasil*. III Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto, UFMG.

PESSÔA, J. (2000). Em tudo semelhante, em nada parecido. Modelos e modos de urbanização na América Portuguesa. *Oceanos, A construção do Brasil Urbano* (Lisboa), 41, 70-83.

POMIAN, K. (1998). História das estruturas. En: LE GOFF, J. (Dir.) *História Nova* (97-123). São Paulo: Martins Fontes.

PORTAS, N. (2000). Os tempos das formas nas cidades lusas no Brasil. *Oceanos, A construção do Brasil Urbano* (Lisboa), 41, 162-173.

PORTAS, N. (2004). Algumas (hipó)teses sobre o urbanismo português nos Brasis. En: TEIXEIRA, M. C. (coord.). *A construção da cidade brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte.

REIS FILHO, N. G. (1968). *Contribuição ao estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

ROSSA, W. (2000). No primeiro dos elementos. Dados para uma leitura sintética do urbanismo e da urbanística portuguesa da Idade Moderna. *Oceanos, A construção do Brasil Urbano* (Lisboa), 41, 8-23.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. (1999). O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c.1690-1750. En: BETHEL, L. (coord.). *História da América Latina: A América Latina Colonial*, volume II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão.

SOUZA, L. P. (2009). Vila de Nossa Senhora da Vitória: por uma perspectiva urbana no Brasil Colonial. En: SOUZA, L. P., RIBEIRO, N. P. (coords.). *Urbanismo Colonial. Vilas e cidades de matriz portuguesas*. Rio de Janeiro : PoD.

TEIXEIRA, M. (1996). A influência dos Modelos Urbanos Portugueses na Origem da Cidade Brasileira. *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, M. C. (2004). A construção do Brasil Urbano. En: TEIXEIRA, M. C. (coord.). *A construção da cidade brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte.

VASCONCELOS, P. A. (1997). Os Agentes Modeladores das Cidades Brasileiras no Período Colonial. En: CASTRO, I. E. et al. (coords.). *Explorações geográficas - percursos no fim do século (247-277)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.